



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. Definição do objeto

A presente solicitação tem por finalidade o registro de preços para eventual contratação da remoção, aquisição e instalação de películas para o controle solar nos imóveis de propriedade da Justiça Eleitoral catarinense, visando proporcionar ambientes de trabalho adequados aos usuários e resguardar o patrimônio público da incidência solar direta, proporcionando maior durabilidade para mobiliários e equipamentos.

#### 2. Fundamentação da Contratação

Necessidade de minimizar a incidência de luz solar direta nos imóveis de propriedade da Justiça Eleitoral, que prejudica a coleta biométrica, eleva o consumo por condicionamento de ar e danifica móveis e equipamentos.

#### 3. Descrição da solução

##### PELÍCULAS (REMOÇÃO E FORNECIMENTO/INSTALAÇÃO)

Instalação de película de proteção solar em poliéster para área envidraçada dos Cartórios Eleitorais, com as seguintes características técnicas:

- coloração neutra (fumê / grafite / chumbo);
- transmissão de luz visível: 5% a 10%;
- reflexão de luz visível: 15% a 20%;
- reflexão da energia solar: mínimo 30%;
- proteção contra raios UV: 95% a 99%;
- rejeição de raios infravermelho (ou IR): 75% ou superior;
- aplicação: interna;
- garantia do fabricante mínima de 3 (três) anos contra descolamento e desbotamento;
- cor estável;
- marca do fabricante expressa na Nota Fiscal ou nos rolos da película.

##### QUANTIDADE

Mínima	Máxima
30 m <sup>2</sup> por região (trinta metros quadrados)	150 m <sup>2</sup> por região (cento e cinquenta metros quadrados)

##### Observações Gerais:

- Apresentar valores na proposta para o metro quadrado das películas (preço para remoção E preço para fornecimento e instalação, ambos por metro quadrado).
- Os projetos indicam os vãos das janelas.
- As medidas das películas podem sofrer variação conforme a configuração das edificações, seguindo o Projeto de Arquitetura. Portanto, todas as medidas devem ser conferidas no local de instalação.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 3.1. Estudo Técnico Preliminar

Para analisar a viabilidade, a estratégia e os riscos desta contratação foi realizado um Estudo Técnico Preliminar, que está disponível no PAE n. 751/2026.

### 3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

- Película de controle solar Linha Profissional Arquitetônica, referência IC STR15AGR, da Intercontrol ou similar.

A marca de referência, código e modelo citado presta-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (serve, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham aquela especificação).

### 3.3. Códigos SIASG

Código 607653 (Película Filtro Solar, tipo: refletiva, transparência: 5 a 50 %).

Código 15814 (Instalação / Remoção)

## 4. Requisitos da contratação

### 4.1 Requisitos Funcionais e Técnicos

Os requisitos funcionais a serem atendidos pelas películas de controle solar são:

- coloração neutra (fumê / grafite / chumbo);
- transmissão de luz visível: 5% a 10%;
- reflexão de luz visível: 15% a 20%;
- reflexão da energia solar: mínimo 30%;
- proteção contra raios UV: 95% a 99%;
- rejeição contra raios infravermelhos (ou IR): 75% ou superior;
- aplicação: interna;
- marca do fabricante expressa na Nota Fiscal ou nos rolos da película;
- não apresentar descolamentos, bolhas ou riscos uma semana após a instalação.

### 4.2 Requisitos Não Funcionais

Os requisitos não funcionais a serem atendidos são:

- conforto térmico;
- segurança dos servidores e jurisdicionados que transitam no interior da edificação;
- padrão estético adequado ao ambiente institucional.

### 4.3 Requisitos Externos

O serviço a ser executado deverá estar em conformidade com as orientações dos fabricantes, legislações vigentes e normas da ABNT e internacionais, no que for aplicável.

- NR 06 – Equipamento de Proteção Individual;
- NR 09 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- NR 35 – Trabalho em Altura;
- Resolução Conama n. 307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

### 4.4 Requisitos de Garantia

- Garantia do fabricante mínima de 3 anos contra descolamento e desbotamento.

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5.1. Prazos

A empresa contratada deverá entregar e instalar os produtos conforme condições estipuladas neste Termo de Referência e com os projetos disponibilizados pela Seção de Engenharia e Arquitetura (SEEA), no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC.

Caso seja constatada qualquer irregularidade no recebimento provisório, a contratada deve substituir o produto e/ou refazer o serviço no prazo máximo de 10 (dez) dias.

### 5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

#### o ITEM 1 – REGIÃO 1

Município	Zona Eleitoral	Endereço*	Contato
Balneário Camboriú	56ª e 103ª	Rua 2850, 470, Ed. San Salvatore. Centro	48 3251 7456 / 48 3251 7459
Biguaçu	2ª	Rua Hermógenes Prazeres, 277. Centro	48 3251 7402
	Depósito de Urnas	Rodovia SC 407, Km 2, n. 2800, Galpão 5. Beira Rio.	<a href="mailto:ci-seea@tre-sc.jus.br">ci-seea@tre-sc.jus.br</a>
Florianópolis	12ª, 13ª e 100ª	Rua São Francisco, 234, Centro	<a href="mailto:ci-seea@tre-sc.jus.br">ci-seea@tre-sc.jus.br</a>
Itajaí	16ª e 97ª	Avenida José Eugênio Muller, 406. Centro	48 3251 7416 / 48 3251 7497
Itapema	91ª	Avenida Nereu Ramos, 1180. Centro	48 3251 7491
Palhoça	24ª e 107ª	Rua Najla Carone Guedert, 951, Parque Residencial Pagani. Passa Vinte	48 3251 7424 / 48 3251 7480
Santo Amaro da Imperatriz	67ª	Rua Pedro Mansur Elias, 25, Sala 01. Centro	48 3251 4767
São João Batista	53ª	Rua Ex-Combatente Narciso Cim, 92. Térreo	48 3251 7453
São José	29ª e 84ª	Avenida Beira Mar, s/n, esq. com Rua Luiz Fagundes. Praia Comprida	48 3251 7429 / 48 3251 7484
	Almoxarifado, Depósito de Móveis e Reserva Técnica	Rua Senador Carlos Gomes de Oliveira, 863, Área 2 – Unidade 45. Distrito Industrial.	<a href="mailto:ci-seea@tre-sc.jus.br">ci-seea@tre-sc.jus.br</a>
Tijucas	31ª	Rua Alexandre Ternes Neto, 144. Centro.	48 3251 7431

\*Pode ocorrer mudança de endereço das unidades dentro dos municípios informados.

#### o ITEM 2 – REGIÃO 2

Município	Zona Eleitoral	Endereço*	Contato
Balneário Piçarras	68ª	Avenida Getúlio Vargas, 123. Centro.	48 3251 7468
Blumenau	3ª e 88ª	Praça Victor Konder, 60 (Térreo Fórum). Centro.	48 3251 7403 / 48 3251 7488
Brusque	5ª e 86ª	Rua Humberto Mattioli, 78. Centro	48 3251 7405 / 48 3251 7486
Gaspar	64ª	Rua Jackceia de Andrade, 66. Sete de Setembro.	48 3251 7464



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

<b>Guaramirim</b>	60ª	Rua 28 de Agosto, 420, Sala 1. Nova Esperança.	48 3251 7460
<b>Indaial</b>	15ª	Rua Marechal Floriano Peixoto, 35, Edifício Menke, Lj. 10. Centro.	48 3251 7415
<b>Jaraguá do Sul</b>	17ª e 87ª	Rua Angelo Schiochet, 90. Centro.	48 3251 7417 / 48 3251 7487
<b>Joinville</b>	19ª, 76ª, 95, 96ª e 105ª	Rua Jaguaruna, 38. Centro.	48 3251 7419 / 48 3251 7476 / 48 3251 7495 / 48 3251 7496 / 48 3251 7475
<b>Navegantes</b>	106ª	R. Anibal Gaya, 525. Centro.	48 3251 7489
<b>Pomerode</b>	55ª	Rua XV de Novembro, 700, Fórum. Centro.	48 3251 7455
<b>Rio Negrinho</b>	74ª	Rua Prefeito Hugo Fischer, 242, sala 2. Bela Vista.	48 3251 7474
<b>São Bento do Sul</b>	30ª	Rua Henrique Schwarz, 554, Sala 4. Centro	48 3251 7430
<b>São Francisco do Sul</b>	27ª	Rua Barão do Rio Branco, 377, Sala 300. Centro	48 3251 7427
<b>Timbó</b>	32ª	Travessa Heinrich Eilers, 172. Centro	48 3251 7432

\*Pode ocorrer mudança de endereço das unidades dentro dos municípios informados.

### o ITEM 3 – REGIÃO 3

Município	Zona Eleitoral	Endereço*	Contato
<b>Araranguá</b>	1ª	Avenida Coronel João Fernandes, 1234. Urussanguinha.	48 3251 7401
<b>Braço do Norte</b>	44ª	Rua Bernardo Locks, 148, sala 208. Centro.	48 3251 7444
<b>Criciúma</b>	10ª, 92ª e 98ª	Avenida Getúlio Vargas, 361 - Palácio do Estado. Centro.	48 3251 7410 / 48 3251 7492 / 48 3251 7498
<b>Içara</b>	79ª	Rua Vitória, 201. Centro.	48 3251 7479
<b>Imaruí</b>	62ª	Rua Antônio Bittencourt Capanema, s/n. Centro.	48 3251 7462
<b>Imbituba</b>	73ª	Rua Nereu Ramos, 346. Centro.	48 3251 7473
<b>Laguna</b>	20ª	Rua Coronel Fernandes Martins, 470 - Centro Executivo Mileniu. Progresso.	48 3251 7420
<b>Orleans</b>	23ª	Rua Antônio da Silva Cascaes, 140, Ed Teresa Cristina. Conde D'Eu.	48 3251 7423
<b>Sombrio</b>	54ª	Rua Santo Antônio, 204. Centro.	48 3251 7454
<b>Tubarão</b>	33ª e 99ª	Avenida Marcolino Martins Cabral, 1315, Ed. Praça Shopping, 2º andar. Centro.	48 3251 7433 / 48 3251 7499
<b>Turvo</b>	42ª	Rua Afonso Colodel, 19, Sala 2. Ed América. Cidade Alta.	48 3251 7442
<b>Urussanga</b>	34ª	Rua Vidal Ramos, 159, Ed. Belas Artes, sala 1. Centro.	48 3251 7434

\*Pode ocorrer mudança de endereço das unidades dentro dos municípios informados.

### o ITEM 4 – REGIÃO 4

Município	Zona Eleitoral	Endereço*	Contato
<b>Anita Garibaldi</b>	52ª	Avenida Eduardo Salmoria, 485. Centro.	48 3251 7452
<b>Bom Retiro</b>	4ª	Rua Anita Garibaldi, 343, Loja 01, Térreo. Centro.	48 3251 7404
<b>Campos Novos</b>	7ª	Rua Marechal Floriano, 234 - Sala 2. Centro.	48 3251 7407



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

<b>Curitibanos</b>	11ª	Avenida Advogado Sebastião Calomeno, 140. São Francisco.	48 3251 7411
<b>Lages</b>	21ª, 93ª e 104ª	Avenida Belizário Ramos, 3.800 - Bloco B. Centro.	48 3251 7421 / 48 3251 7493 / 48 3251 7440
<b>São Joaquim</b>	28ª	Rua Boanerges Pereira de Medeiros, 13. Centro.	48 3251 7428

\*Pode ocorrer mudança de endereço das unidades dentro dos municípios informados.

### o ITEM 5 – REGIÃO 5

Município	Zona Eleitoral	Endereço*	Contato
<b>Canoinhas</b>	8ª	Rua Duque de Caxias, 80, Fórum. Centro.	48 3251 7408
<b>Ibirama</b>	14ª	Rua Getúlio Vargas, 560. Centro.	48 3251 7414
<b>Itaiópolis</b>	38ª	Rua Carril Pflanzler, 69. Centro.	48 3251 7438
<b>Ituporanga</b>	39ª	Rua João Steffens, 425. Seminário.	48 3251 7439
<b>Mafra</b>	22ª	Avenida Coronel José Severiano Maia, n. 548. Nossa Senhora Aparecida.	48 3251 7422
<b>Papanduva</b>	81ª	Rua Nereu Ramos, 2983, Salas 10. Centro	48 3251 7481
<b>Porto União</b>	25ª	Rua Matos Costa, 344. Centro.	48 3251 7425
<b>Rio do Sul</b>	26ª e 102ª	Rua Julio Rousseng Filho, 265. Jardim América.	48 3251 7426 / 48 3251 7472
<b>Taió</b>	46ª	Rua Padre Eduardo, 600. Padre Eduardo.	48 3251 7446
<b>Trombudo Central</b>	57ª	Rua Getúlio Vargas, 411. Cidade Alta.	48 3251 7457

\*Pode ocorrer mudança de endereço das unidades dentro dos municípios informados.

### o ITEM 6 – REGIÃO 6

Município	Zona Eleitoral	Endereço*	Contato
<b>Abelardo Luz</b>	71ª	Avenida Padre João Smedt, 1274. Centro.	48 3251 7471
<b>Caçador</b>	6ª	Rua Victor Babbista Adami, 919, Sala 01. Centro.	48 3251 7406
<b>Capinzal</b>	37ª	Rua Narciso Barison, 171. Centro.	48 3251 7437
<b>Chapecó</b>	35ª e 94ª	Avenida Nereu Ramos, 1841-E. Centro.	48 3251 7435 / 48 3251 7494
<b>Concórdia</b>	9ª e 90ª	Rua Ângelo Ari Biezes, 69. Centro.	48 3251 7409 / 48 3251 7490
<b>Fraiburgo</b>	77ª	Rua Albano Burguer, 45, Sala 03. São José	48 3251 7477
<b>Joaçaba</b>	18ª e 85ª	Rua Felipe Schmidt, 57. Centro.	48 3251 7418 / 48 3251 7485
<b>Ponte Serrada</b>	63ª	Avenida XV de Novembro, 86, Sala 2, Edifício Marafon. Centro.	48 3251 7463
<b>Santa Cecília</b>	51ª	Avenida XV de Novembro S/n. Esq. Antônio C. de Medeiros, 5. Centro.	48 3251 7451
<b>Seara</b>	61ª	Rua Sétimo Casarotto, 98. Sala 2. Centro.	48 3251 7461
<b>Tangará</b>	47ª	Rua Ademar de Barros, N. 230. Centro.	48 3251 7447
<b>Videira</b>	36ª	Rua Saul Brandalise, 1531, Edifício San Francisco, Sala 03. Santa Tereza.	48 3251 7436
<b>Xanxerê</b>	43ª	Travessa Ernesto Carmelli, 55. Sala 1. Centro.	48 3251 7443
<b>Xaxim</b>	48ª	Rua Rio Grande, 653. Centro.	48 3251 7448

\*Pode ocorrer mudança de endereço das unidades dentro dos municípios informados.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### o ITEM 7 – REGIÃO 7

Município	Zona Eleitoral	Endereço*	Contato
<b>Campo Erê</b>	69ª	Rua Osvaldo Dário Dall'igna, 794, Sala 2. Centro.	48 3251 7469
<b>Modelo</b>	83ª	Rua XV de novembro, 476. Centro.	48 3251 7483
<b>Dionísio Cerqueira</b>	50ª	Av. Santa Catarina, 218. Centro.	48 3251 7450
<b>Itapiranga</b>	65ª	Rua São Bonifácio, 280, Térreo, Ed. Peperi. Centro.	48 3251 7465
<b>Maravilha</b>	58ª	Avenida Sul Brasil, 448, Sala 02. Centro.	48 3251 7458
<b>Palmitos</b>	41ª	Rua Visconde do Rio Branco, 932, Sala 2. Centro.	48 3251 7441
<b>Pinhalzinho</b>	66ª	Avenida Capitão Anizio, 1.037. Centro.	48 3251 7466
<b>Quilombo</b>	78ª	Av. Coronel Ernesto Bertaso, 464, Ed. Alameda Jardins. Centro.	48 3251 7478
<b>São Carlos</b>	70ª	Rua Demétrio Lorenz, 246, Edifício Galli II, Sala 01. Centro.	48 3251 7470
<b>São Lourenço do Oeste</b>	49ª	Travessa São Pedro, 1085. Subsolo Galeria Bela Vista. Centro.	48 3251 7449
<b>São Miguel do Oeste</b>	45ª e 82ª	Rua Marquês do Herval, 977, Sala 6, Edifício Leolino Baldissera. Centro.	48 3251 7445 / 48 3251 7482

\*Pode ocorrer mudança de endereço das unidades dentro dos municípios informados.

### 5.3. Recebimento provisório e definitivo

- a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada, hipótese em que o prazo terá seu início contado a partir do saneamento de todas as pendências.

### 5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

### 5.5. Garantia do objeto

A Contratada deverá prestar garantia das películas por, no mínimo, 3 anos, contra descolamento e desbotamento, contados a partir do recebimento definitivo.

É obrigação da Contratada a reparação dos vícios e dos defeitos verificados dentro do prazo de garantia dos serviços, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 92, XIII, da Lei n. 14.133/2021 e o art. 12 da Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### 5.6. Vigência da contratação

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

Cada contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **5.7. Obrigações do Contratante**

- 5.7.1. autorizar o início dos serviços;
- 5.7.2. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, preço e prazo estabelecidos no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos produtos e serviços pela empresa Contratada, a partir da aprovação pelo Contratante;
- 5.7.3. promover a fiscalização da presente aquisição através dos representantes, os servidores titulares das funções de chefia das unidades do TRE-SC no interior e, da chefia da Seção de Engenharia e Arquitetura, nas unidades da Capital, ou seus substitutos, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021;
- 5.7.4. sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida;
- 5.7.5. emitir pareceres no processo administrativo referente à execução dos serviços, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais;
- 5.7.6. exigir da Contratada, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

### **5.8. Obrigações da Contratada**

- 5.8.1. executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 5.8.2. visitar o local ANTES da realização dos serviços para conferência das medidas e demais condicionantes do projeto;
- 5.8.3. entregar e instalar os produtos conforme condições estipuladas no Termo de Referência e com os projetos disponibilizados pela SEEA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC;
  - 5.8.3.1. os serviços deverão ocorrer, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, das 9 às 17 horas, ou outro horário a ser previamente combinado com o Gestor do Contrato, sem prejuízo ao andamento das atividades nos locais;
- 5.8.4. entregar o(s) produto(s) no(s) local(is) indicado(s) nas tabelas do Subitem 5.2, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;
  - 5.8.4.1. poderá ocorrer mudança de endereço das unidades dentro dos municípios informados;
- 5.8.5. substituir o produto e/ou refazer o serviço no prazo máximo de 10 (dez) dias, se constatada qualquer irregularidade no recebimento provisório;
  - 5.8.5.1. estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos e/ou refazimento do serviço não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;
  - 5.8.5.2. correrão à conta da Contratada todas as despesas decorrentes da substituição do produto e/ou refazimento do serviço;
- 5.8.6. substituir, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o(s) produto(s) que, após a entrega e aceite, durante o prazo de garantia, venham a apresentar defeitos de fabricação ou quaisquer outros que, reincidentes em número igual ou superior a duas vezes, venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que, para a sua ocorrência, não tenha contribuído – por ação ou omissão – o TRE-SC;
- 5.8.7. fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução dos serviços;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 5.8.8. assegurar que os empregados trabalhem uniformizados e com crachá de identificação durante a realização dos serviços;
- 5.8.9. empregar todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, mesmo os eventualmente não mencionados, nem especificados ou não indicados em desenhos ou tabelas de acabamento ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à sua completa e perfeita realização, responsabilizando-se pela reposição dos materiais danificados em virtude da má execução dos serviços, incluindo aqueles necessários ao seu refazimento;
- 5.8.10. executar os serviços de acordo com as normas de segurança do trabalho, adotando os procedimentos necessários para a segurança dos trabalhadores, incluindo a utilização obrigatória dos equipamentos de proteção individual (EPI) e, quando necessário, equipamentos de proteção coletiva (EPC), em vista do risco que o serviço oferece;
- 5.8.11. executar os serviços em conformidade com as recomendações das normas da ABNT, Inmetro e demais legislações vigentes;
- 5.8.12. executar os serviços de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, utilizando inclusive mão de obra especializada, se necessária, bem como manter as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos;
- 5.8.13. reportar ao Contratante, imediatamente, qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades;
- 5.8.14. recolher todo o material resultante das atividades, destinar corretamente os materiais recicláveis e realizar o descarte ecologicamente correto dos resíduos não recicláveis, obedecendo as recomendações da Resolução Conama n. 307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil e Resolução Conama n. 469, de 29.7.2015, que altera o art. 3º da Res. Conama n. 307:2002;
- 5.8.15. responder pela guarda e preservação de seus materiais e equipamentos durante todo o serviço até a sua entrega;
- 5.8.16. não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto do certame;
- 5.8.17. responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços e fornecimento contratados;
- 5.8.18. responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como pela indenização que porventura daí se originar e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecerem;
- 5.8.19. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.8.20. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados;
- 5.8.21. responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, sem que a fiscalização ou acompanhamento efetuado pelo Contratante exclua ou reduza essa responsabilidade;
- 5.8.22. zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências onde os serviços serão executados;





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- 5.8.23. proceder, ao final dos serviços, à limpeza e à remoção do material desnecessário e indesejável;
- 5.8.24. assumir total responsabilidade pela execução de todos os serviços constantes do Contrato, respondendo, ainda, pela perfeição, segurança, qualidade e solidez dos serviços executados.

### 5.9. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a este contrato.

### 5.10. Direitos Autorais

Não se aplica a este contrato.

### 5.11. Qualificação Técnica

Não se aplica a este contrato.

## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6.1. Gestão do contrato

6.1.1. As atividades de gestão contratual compreendem:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;
- b) acompanhar os registros realizados pela fiscalização do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio da fiscalização técnica, administrativa e setorial;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelas fiscalizações técnica, administrativa e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
- i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6.1.2. As atividades de fiscalização técnica do contrato compreendem:

- a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) informar à gestão do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) comunicar imediatamente à gestão do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;
- f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar à gestão do contrato para ratificação;
- g) comunicar à gestão do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização administrativa e com a setorial;
- i) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. As atividades de fiscalização administrativa do contrato compreendem:

- a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- b) verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar à gestão do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização técnica e com a setorial;
- f) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e
- g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.1.4. Caberá à fiscalização setorial do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto exercer as atribuições de que tratam os Subitens 6.1.2 e 6.1.3.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Coordenador de Infraestrutura
Fiscal técnico	Assistente I da Seção de Engenharia e Arquitetura
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária
Fiscais setoriais	Chefes dos Cartórios Eleitorais

O fiscal setorial, quando necessário, contará com o apoio da Seção de Engenharia e Arquitetura, da Coordenadoria de Infraestrutura / Secretaria de Infraestrutura e Serviços, no que se refere à fiscalização técnica, e da Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária – COFC e da Seção de Gerenciamento de Contratações – CC, ambas da Secretaria de Administração e Orçamento, quanto à fiscalização administrativa.

### 6.3. Instrumentos Formais

Cada contratação será formalizada por meio de instrumento de contrato.

### 6.4. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da prestação dos serviços, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio dos fiscais setoriais, ou, na sua ausência, do seu substituto.

O gestor manterá controle gerencial acerca do atendimento das cláusulas contratuais e manterá comunicação com a contratada através do e-mail [ci-seea@tre-sc.jus.br](mailto:ci-seea@tre-sc.jus.br).

### 6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

## 7. Critérios de medição e de pagamento

Não aplica a esta contratação.

## 8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

## 9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

### 9.1. Parcelamento e adjudicação

A adjudicação será por item/região dos imóveis ocupados pelo TRE-SC em Santa Catarina.

Item	Local	Bem/Serviço (remoção e/ou instalação)	Forma de Parcelamento	Justificativa
1	Região 01	Película	Por item	Probabilidade de haver fornecedor regional.
2	Região 02	Película	Por item	



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3	Região 03	Película	Por item	
4	Região 04	Película	Por item	
5	Região 05	Película	Por item	
6	Região 06	Película	Por item	
7	Região 07	Película	Por item	

Pelos princípios da eficiência e da razoabilidade no gerenciamento do objeto, o serviço de remoção e de fornecimento/instalação de películas para o controle solar devem ser realizados pela mesma empresa. Assim, a adjudicação será por grupo de itens para cada região dos imóveis ocupados pelo TRE-SC em Santa Catarina.

### 9.2. Seleção do fornecedor

Durante a licitação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar as especificações completas das películas, comprovando a equivalência com os requisitos especificados no edital.

A equivalência refere-se ao atendimento aos requisitos e critérios mínimos de desempenho especificados. Caso não seja verificada a equivalência técnica, a proposta da licitante será desclassificada.

O objeto será adjudicado ao autor da melhor proposta que observe todos os requisitos deste Termo de Referência, desde que atendidas as condições de habilitação.

#### 9.2.1. Critérios de habilitação

Não há requisitos específicos de qualificação técnica.

Não há requisitos específicos de qualificação econômico-financeira para pessoa jurídica.

#### 9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

#### 9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é bem comum, oferecido por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade "Pregão" e do critério de julgamento "Menor Preço".

### 10. Estimativas do valor da contratação

Item	Descrição resumida	Quant. (m²/região)	Valor unitário (m²)	Valor total
1 a 7	Película de controle solar, conforme Item 3.	150	R\$ 234,41	R\$ 246.130,50
1 a 7	Remoção de películas.	150	R\$ 38,72	R\$ 40.656,00
<b>VALOR ESTIMADO TOTAL</b>				<b>R\$ 286.786,50</b>

O total previsto para esta contratação é de **R\$ 286.786,50** (duzentos e oitenta e seis mil, setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos)



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 11. Alinhamento da contratação

#### 11.1. Plano de Contratações Anual

Anexo I – Ordinário.

Item 31: Manutenção Predial – 66.

#### 11.2. Plano de Logística Sustentável

Esta contratação atende ao Plano de Logística Sustentável – 2025, no que segue:

- promover a destinação correta dos resíduos de construção e demolição, de acordo com as diretrizes do Conama;
- Resolução Conama n. 307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- Resolução Conama n. 469, de 29.7.2015, que altera o art. 3º da Res. Conama n. 307:2002;
- adotar medidas para promover um ambiente físico de trabalho seguro.

#### 11.3. Outros instrumentos

Não se aplica a esta contratação.

### 12. Adequação orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
1	02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.39	R\$ 286.786,50
Total			R\$ 286.786,50

### 13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- dar causa à inexecução parcial do contrato;
- dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- dar causa à inexecução total do contrato;
- deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado no cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescida de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;

c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “b” a “g”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;
- d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “h” a “l”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

- a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou
- d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

- a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;
- b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou
- c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste subitem.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.